

O PAPEL DA SUDECO NA EXPANSÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Marco Aurélio Corrêa de Araújo¹

No presente trabalho pretendemos analisar o processo de expansão do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, período em que é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), a qual serviu de instrumentos para os governos militares atenderem seus objetivos ligados ao capital. Portanto, toma-se como foco a região Centro-Oeste, local de atuação da SUDECO, instituição a qual será central neste trabalho, pois ela foi a protagonista neste processo de expansão do capital monopolista em tal região.

Para entendermos este processo, no período referido, é necessário fazer uma breve introdução a questão do desenvolvimento regional, visão que passou a fazer parte da mentalidade do governo federal desde a década de 1940, e que foi de extrema importância para a consolidação do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste.

O desenvolvimento regional no Brasil, desde 1943 até o final do regime militar brasileiro, em 1985, era uma questão de Estado. O Centro-Oeste foi, neste período, a região brasileira cujas intervenções federais exerceram papel decisivo na ocupação territorial. Os dois organismos de expressão que foram veículos da intervenção federal no âmbito regional no Centro-Oeste foram: a Fundação Brasil Central (FBC) e posteriormente a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).

Em 1943 foi criada a Fundação Brasil Central, primeira instituição brasileira veículo de intervenção do Estado sobre o Centro-Oeste, que veio promover a urbanização e a modernização econômica e sócio-cultural, favorecendo, deste modo, a integração dessa área, de grandes proporções geográficas e de incalculável potencial econômico ao contexto nacional brasileiro. A Fundação Brasil Central existiu por quase 25 anos, sendo extinta já no regime militar, em 1967, sendo que pelo mesmo decreto em que extingue a FBC é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).² Desde então, a ação intervencionista dos militares passou a se

¹ Universidade Federal de Goiás

² O decreto-lei n. 5878, de 04 de outubro de 1943, instituiu a Fundação Brasil Central, destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas entre os altos-rios Araguaia e Xingu, do Brasil Central e

concentrar em superintendências, entre as quais, as mais importantes foram: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – outubro de 1966 -, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) – dezembro de 1967 -, e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) – dezembro de 1967. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que fora criada em dezembro de 1959, serviu de modelo para a organização e funcionamento destas novas Superintendências.

A SUDENE foi a base para todas as outras superintendências, inclusive para a SUDECO, por isso é importante fazermos algumas considerações sobre esta. Para falar desta entidade não se pode deixar de mencionar o nome de Francisco de Oliveira, grande estudioso do órgão e que nos revela muitas informações enriquecedoras em sua obra *Elegia para uma Re(li)gião*.

Para Francisco de Oliveira, a criação da SUDENE foi parte do movimento mais amplo de integração econômica nacional, sob a hegemonia da burguesia industrial do Sul-Sudeste. Foi, segundo ele, com o advento do regime militar em 1964 que teria se instaurado no Brasil, decididamente, o planejamento da expansão hegemônica do capitalismo monopolista, representado pela empresa estatal, pela empresa multinacional e pela empresa nacional privada:

“A crise de 1964 funde todos os elementos do conflito de classes, tanto a nível regional quanto nacional; na verdade, é *apenas* pelo agravamento das tensões no coração da própria região que comandava o processo de expansão capitalista e pela forma que tomou, de uma intervenção aberta das Forças Armadas, que o conflito de classes no Nordeste também se resolve – advertindo-se, desde logo, que o termo resolução é empregado aqui em seu sentido dialético – e por conseqüência, que o direcionamento do processo de planejamento regional assume sua forma definitiva.” (*id., ibid.*: 124)

Na visão do autor, a SUDENE foi, neste sentido: “... um aviso prévio do estado autoritário, da exacerbação da fusão Estado-burguesia, da dissolução da ambiguidade Estado-burguesia, a tal ponto que se confunde um com o outro, e os limites do estado e sociedade civil parecem borrar-se completamente”. (*id., ibid.*: 125)

Como já foi dito, a SUDENE foi a base para todas as outras Superintendências e por isso não é ao acaso que a SUDECO, durante a sua existência, teve como base

Ocidental. A Lei n. 5365 de 01 de dezembro de 1967, criou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior (MINTER). Por essa mesma lei foi extinta a Fundação Brasil Central e transferidos a SUDECO seu acervo patrimonial, recursos orçamentários e serviços.

ideológica o mesmo sentido daquela que a serviu de modelo (ainda mais por ser criada durante o período militar), ou seja, atender aos interesses de um estado autoritário ligado ao capital internacional (E.U.A) e a burguesia, a qual como sempre em sua história buscou atender seus interesses econômicos a frente de qualquer outro, sem se preocupar com os resultados que podem trazer sua gana pelo capital/poder para o restante da sociedade. Na região Centro-oeste a atuação da SUDECO, guiada pelo governo militar, juntamente com a burguesia e o capital internacional (E.U.A), confluíram em pontos positivos e negativos, os quais serão mencionados adiante.

Percebe-se que com a justificativa de trazer o desenvolvimento regional o governo ditatorial utilizou de todas as suas armas para explorar ao máximo as áreas inóspitas do território nacional, e um dos resultados deste processo de desenvolvimento regional foi o alto índice de migrações internas (as quais se baseiam na ótica da doutrina de segurança nacional), e o combate a reforma agrária. Sendo assim deve-se ressaltar o fato de os termos: desenvolvimento regional, segurança nacional, planejamento regional, migrações internas e reforma agrária estarem sempre ligados no contexto deste trabalho, pois todos fazem parte de um mesmo processo executado pelo governo ditatorial, processo este voltado às Superintendências que cobriam todas as regiões do território brasileiro, que em nosso caso específico se alude a SUDECO.

É interessante ressaltar esta interligação entre estes vários processos mencionados, os quais foram reforçados pela ótica da doutrina de segurança nacional, principalmente as migrações internas. Com relação à ótica da doutrina de segurança nacional, Dulce Portilho Maciel, partindo de algumas análises existentes sobre a criação e o desempenho da SUDENE, busca compreender como os governos militares pós-golpe de 1964 trataram os problemas regionais de desenvolvimento econômico, enfocando principalmente a ótica da doutrina de segurança nacional que, segundo ela, orientou, em grande parte, a formulação das políticas regionais desses governos.

A autora busca esclarecer a relação entre a ótica da doutrina de segurança nacional com o “fenômeno” das migrações internas no território brasileiro. Segundo ela, todo o movimento de população pelo território nacional tem sido determinado pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente, sendo assim, em sua busca toma como foco o início da década de 1970, período em que as palavras de ordem do governo central eram “segurança e desenvolvimento”.

Outro processo que foi de fundamental importância para a expansão do capital é o planejamento regional. Verifica-se que este caso de planejamento regional tem sua

expansão com o surgimento das Superintendências de Desenvolvimento Regional (as quais foram mencionadas no início do texto), criadas, na sua maioria, no período militar o que leva a hipótese de servirem como base de sustentação econômica para os militares se manterem no poder.

Com relação a esta hipótese, poder-se-ia justificá-la através da criação da SUDECO, pois esta atuou no sentido de explorar, ao máximo, as riquezas naturais de uma região dada como inexplorada/ intocada no território nacional, o que evidencia a busca do pleno desenvolvimento do capitalismo monopolista em nosso país, o que como já foi dito anteriormente, estava ligado ao capital internacional (E.U.A – país que estava em plena guerra fria contra o comunismo soviético). Com esta ligação “direta” com os Estados Unidos da América o governo ditatorial obteve mais forças (no sentido de poderio militar e econômico) na luta contra sua oposição esquerdista, o que garantiu a vigência dos militares no poder.

Deixando de lado estas considerações ideológicas, em documentos primários encontrados no acervo documental da SUDECO, que se encontra no arquivo nacional de Brasília, encontram-se informações que mostram na prática como a região Centro-Oeste tinha um grande potencial, e qual era a área de atuação da instituição.

A área de atuação da SUDECO, em que ela deveria trazer estas melhorias sócio-econômicas, era de uma vasta grandeza geográfica cobrindo uma superfície de 2.122.499 Km², compreendendo 25% do território brasileiro. Esta grande superfície era formada pelos estados de Goiás (sendo 30,3% do total), Mato Grosso (41,4%) e Mato Grosso do Sul (16,5%), além do território federal de Rondônia (11,5%) e o Distrito Federal (0,3%). Entretanto, mesmo com esta vastidão geográfica a região era um vazio demográfico abrigando somente 5% da população nacional.

Em documento oficial de comemoração dos 10 anos da instituição (1977), Júlio Arnoldo Laender (então superintendente da SUDECO) destacou que este espaço físico era composto de um grande potencial econômico consubstanciado em recursos hídricos, minerais e solos de média e alta fertilidade. Fato real e que mostra o porquê do grande interesse do governo central, do período, na região. Só para se ter uma base a região Centro-Oeste tinha um potencial hidráulico em torno de 28.000.000 Kw, o que representava 20% do total do país; uma cobertura vegetal de 400 Km² de floresta aberta com volume total de 4 bilhões de m³ de madeira; e um grande depósito mineral composto por Amianto, Estanho, Níquel, Manganês, Ferro, Calcário, Fosfato e Cobre.

Porem, mesmo com tantas riquezas a região Centro-Oeste participava com apenas 3,1% na formação do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, em 1969, enquanto que a região Sudeste, no mesmo ano, representava 62,8% do PIB.

Esse desequilíbrio regional de renda se deu devido a pelo menos dois fatores: primeiro com relação à baixa densidade demográfica (como já foi mencionado) na primeira região citada, e segundo pela excessiva concentração industrial na região Sudeste. Precisava-se urgentemente desenvolver esta região e explorar ao máximo sua vasta riqueza.

Buscando então acabar com este desequilíbrio o governo vai, simultaneamente, através da SUDECO, investir na formulação de políticas de migração internas (o que está dentro da política de investimento no campo social) para assim aumentar o contingente humano na região com desfalque demográfico e se ter mão-de-obra excedente e, também, tentar acelerar o processo de industrialização desta (isto já voltado para a política de investimento no campo econômico).

Como foi dito a atuação da SUDECO confluiu em pontos positivos e pontos negativos, e com relação ao ato das migrações para a região foi um ponto inicialmente positivo, pois foi de grande importância para o processo de desenvolvimento regional urbano do Centro-Oeste, porem logo se transformou em algo negativo. Durante a existência desta instituição a área se mostrou como uma das mais dinâmicas no recebimento da população migrante, provocando não só intenso processo de urbanização em núcleos já instalados como, também, o surgimento de novos outros núcleos urbanos.

Para se transformar neste grande receptor migratório houve toda uma propaganda de que o pequeno produtor, contando com os equipamentos de apoio, conseguiria melhor renda e novas formas de vida e de civilização, além, também da presença de grandes empresas as quais deveriam gerar empregos nas áreas rurais e urbanas, induzindo também o aparecimento de setores e serviços complementares. Contudo, sabe-se que muitas destas propostas ficaram apenas na propaganda, pois de fato os migrantes não receberam tanto apoio quanto foi prometido continuando com suas vidas de forma miserável.

Diante disto, prova-se por que as migrações se tornaram um ponto negativo, pois o interesse dos militares e do capital internacional veio em primeiro lugar e por isso se transformou em algo sem solução imediata nenhuma para a sociedade regional, atendendo apenas interesses externos. Contudo, percebe-se que governos militares

fizeram do órgão responsável pelo Centro-Oeste um mero “cabresto” para atenderem seus objetivos.

Com a análise de tudo que foi exposto até este momento, percebemos então que a instituição SUDECO estava totalmente subordinada aos governos militares, os quais usaram esta para garantirem seus interesses econômicos e também de controle social. Descrevemos minuciosamente todos os detalhes que levaram a criação desta Superintendência, o contexto em que ela foi criada, a sua relação com o governo central militar, e as ações desta voltadas para a região Centro-Oeste.

Agora, buscaremos mostrar na prática estudos técnicos feitos pela SUDECO, os quais buscavam explorar a região. No tocante a este assunto dos estudos técnicos é importante ser colocado dois estudos regionais desenvolvidos pela SUDECO na década de 1970, os quais tinham como sentido simplificar as intervenções governamentais em espaços geográficos potencialmente estratégicos. A importância de se conhecer estes estudos, voltados para determinadas áreas com grande potencial estratégico, se encontra no fato de se ter o envolvimento de órgãos internacionais com o governo brasileiro, os quais se aliaram para garantirem seus interesses frente ao capital.

O primeiro estudo foi voltado para o desenvolvimento integrado da bacia do Alto Paraguai. Este estudo resultou de um convênio firmado entre o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo a Organização dos Estados Americanos (OEA) como executora. O acordo, cuja coordenação foi delegada à SUDECO, tinha como finalidade estudar e planejar, em três anos, o aproveitamento integrado dos recursos de água e solo da bacia do rio Paraguai em terras brasileiras. Em outras palavras, queriam explorar inexoravelmente as riquezas de uma região que podia gerar muito capital para ambas as partes.

Outro organismo internacional que também firmou acordos junto a SUDECO foi o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), o qual juntamente com o FMI (Fundo Monetário Internacional) formam as duas instituições que são os pilares do financiamento e da dominação dos países ricos para as nações pobres e em dificuldades.³ O BIRD em específico financiou projetos tanto no Pantanal quanto na região do Alto Paraguai, tendo por finalidade o mesmo sentido dos outros

³ No final da Segunda Guerra Mundial, já se delineava a necessidade de reordenamento e sistematização das relações econômicas globais. Dessa forma, em julho de 1944, em *Bretton Woods, New Hampshire*, Estados Unidos, aconteceu a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, mais conhecida como **Conferência de Bretton Woods**. Os acordos aí firmados englobavam as nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos e seus resultados mais importantes foram a criação do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** e do **Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)**.

organismos: explorar as riquezas de nosso país. Deve ficar claro que estes organismos internacionais vão realmente cumprir suas tarefas, explorando ao máximo as riquezas nacionais, e fizeram isto através de grandes empresas (donas do capital) que controlaram, e ainda controlam as atividades econômicas mais rentáveis do país.

O segundo estudo foi voltado para o aproveitamento integrado das bacias dos rios Tocantins e Araguaia, os quais ocupam a parte mais central do país. Com relação a esta região do Vale Araguaia-Tocantins, antes de discutirmos especificamente sobre este estudo, é necessário fazer algumas considerações. Primeiramente deve-se ressaltar que, perante os governos federais de antes mesmo da ditadura militar, esta era uma região de grande importância no cenário nacional do ponto de vista da integração territorial, e também de caráter vital para a região Centro-Oeste, principalmente para o estado de Goiás, sendo um caminho alternativo para o mar. Porém, toda importância deste território sempre esbarrou numa problemática: a pouca ou nenhuma densidade populacional.

Em busca de soluções a este e outros problemas o governo passou a intervir no território através de Superintendências, sendo que a responsável pela área maior da região foi a SUDECO. Havia a atuação de outras Superintendências pelo fato de a região hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia abrangerem áreas das regiões Centro-Oeste (parte do Distrito Federal, Goiás e Mato-Grosso), Nordeste (parte do Maranhão) e Norte (Tocantins e parte do Pará), sendo que fora do Centro-Oeste eram outras Superintendências que atuavam. Esta região vem sendo ocupada economicamente desde as décadas de 1960 e 1970, através, principalmente, da expansão da agropecuária, incentivada pelo governo federal mediante financiamento da produção, renúncia fiscal e outros benefícios. Sua localização e abundância de recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos, conferem a região um caráter estratégico para o desenvolvimento do país. Além do avanço da atividade agropecuária e de exploração mineral, a região apresenta grande potencial para aproveitamento hidrelétrico e transporte hidroviário.

Contudo, trata-se de uma região estratégica, hoje denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), de Eixo Nacional de integração e Desenvolvimento, constituindo-se em elo entre as macro-regiões brasileiras.

A SUDECO trabalhou intensamente sobre o Vale dos rios Araguaia-Tocantins, sendo o segundo estudo mencionado uma das ações da Superintendência. O estudo citado, assim como as outras ações do governo federal sobre o território, modificou a estrutura sócio-espacial da região, pois causaram o desenvolvimento desta, bem como

seu “boom” populacional e sua urbanização durante o período da ditadura militar no Brasil.

Deve ficar claro que quando falamos em desenvolvimento estamos nos voltando para um prisma econômico, e que se analisado paralelamente diante de outros prismas, como o social, o resultado não vai ser o mesmo. Isso porque sabemos que o capitalismo em seu pleno desenvolvimento, como no caso da industrialização e urbanização no Centro-Oeste com a SUDECO, não é satisfatório para todos, pelo contrário, pois a grande maioria da sociedade se enquadra como massa trabalhadora explorada pelo senhor/estado capitalista o qual sempre visa o lucro sem se preocupar com sua massa de manobra.

Diante desta reflexão, tentaremos fazer uma breve abordagem voltada para um ponto de vista social, sem nos preocuparmos com as análises econômicas.

Como já foi colocado, os militares e capitalismo monopolista estavam interligados no Brasil, e como sabemos quando se tem o capitalismo em pleno desenvolvimento os resultados não vão ser dos melhores para as classes subalternas. Um modelo exemplar destes resultados negativos que surgem como consequência do capitalismo é a questão da população se tornar massivamente urbana. José Santana da Silva (2003) coloca bem os motivos que levou a este alto índice de urbanização:

“A população tendeu a se tornar massivamente urbana, motivada pelas crises na agricultura, pela expulsão dos camponeses determinada pela incorporação ou açambarcamento de suas terras pela produção comercial ou ainda pela especulação imobiliária e, finalmente, pela ‘modernização conservadora’ (autoritária e seletiva) imposta pela política agrária e agrícola do regime ditatorial instalado em 1964.” (*Id., ibid.*: 145)

Percebemos então que a opressão e a exploração imposta aos trabalhadores do campo pelos latifundiários, pelo capital e pelo Estado se generalizavam por todo território nacional, e na região Centro-Oeste não foi diferente. Com este fato, surgem os movimentos dos trabalhadores rurais (camponeses, sem-terra, assalariados), que são a expressão mais evidente da questão social no campo. Este, por sua vez, se caracteriza pela existência de amplos contingentes da população rural subsistindo em condições de extrema pobreza, derivadas da expropriação e da impossibilidade econômica e jurídica de acesso à propriedade da terra, bem como da remuneração insuficiente do seu trabalho. Outra importante característica são as relações de dominação política a que estão submetidos os trabalhadores na agricultura, marcadas, em muitas situações, pela

violência do poder privado dos grandes proprietários legitimados pela omissão ou conivência do Estado.

Sem oportunidade no campo estes trabalhadores se deslocaram para os centros urbanos, tornando-se em grande parte marginalizados desempregados. Com o êxodo rural se tem a proletarização de milhões de camponeses submetidos a relações de trabalho de superexploração, o que é o desdobramento mais grave, no aspecto social, da expansão do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste.

REFERÊNCIAS

BERTRAN, Paulo. 1988. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN; Goiânia: Editora UCG.

DINIZ FILHO, Luis Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. Território e Política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8 - História e Região, 1995, p. 27-37.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1989.

LAFER, Betty Mindlin. O conceito de planejamento. In: .LAFER, Betty Mindlin (org.) *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 07-28.

MACIEL, Dulce Portilho. Desenvolvimento regional no Brasil dos anos 1960: uma questão de Estado. *I Simpósio Nacional do Centro Interdisciplinar de Estudos África-América - CieAA e VI semana de História da UnUCSEH - Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas da UEG*. Anápolis: 2007. (CD-Rom).

MACIEL, Dulce Portilho. Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. *Artigo divulgado na revista Plurais*. 2005, p. 145-161.

MACIEL, Dulce Portilho. *Migrações Internas no Brasil (1970-1990): questão de segurança nacional*. Anápolis: 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal; Biblioteca de Economia, 1989.

SILVA, José Santana da. *A CPT Regional Goiás e a questão Sociopolítica no Campo*. Goiânia: 2003.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico. A questão regional brasileira e as políticas governamentais. In: *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 2002, p.13-32.

FONTES IMPRESSAS

CANALE, Antonio Mendes. *Nova concepção de desenvolvimento regional do Centro-Oeste*. Conferência para os Estagiários da Escola Superior de Guerra. Brasília: ESG, 1985.

LIMA, General Afonso A. Albuquerque. Aspectos gerais do desenvolvimento regional. *Boletim Geográfico*, n. 2005, ano 27, julho/agosto 1968, p 3-15. Rio de Janeiro: IBGE.

MATTOS, General Meira. *Uma Geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDECO. Assessoria de comunicação social. SUDECO ano 10. Brasília, 1977.